



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE**

# **CONCURSO PÚBLICO 2012**

**06 DE MAIO DE 2012**



**CADERNO DE QUESTÕES**

**ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**SERVIÇO SOCIAL**



**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Com base na Lei nº. 10.741/03, responda às questões 01 a 06.**

- 01.** A família do senhor José, 68 anos, procurou a equipe técnica do CRAS de sua região, alegando que ele foi hospitalizado e não teve respeitado, pela instituição na qual foi internado, o direito a acompanhante. A família alegou que, após a sua admissão, o médico responsável pelo plantão informou por escrito, em folha de receituário, que o paciente não poderia ficar com acompanhante porque a enfermaria estava lotada. A demanda da família à equipe do CRAS era saber como fazer para ter atendido o seu direito. Diante do exposto, caberá a essa equipe, na relação com os familiares do idoso, a seguinte conduta:
- A) Esclarecer o equívoco da decisão e, na perspectiva da intersetorialidade, aproximá-los da instituição para a construção coletiva de propostas de trabalho.
  - B) Explicar o fundamento legal da decisão e acolhê-los para atendimentos subsequentes, se alguns de seus membros assim o demandarem.
  - C) Apontar a pertinência da decisão e esclarecer a eles as alterações na recente portaria que modifica o artigo antes em vigor.
  - D) Ressaltar a arbitrariedade da decisão e encaminhá-los para proceder a denúncia junto ao Ministério Público.
  - E) Reiterar a legalidade da decisão e democratizar as normatizações e portarias específicas da unidade de saúde.
- 02.** É facultado às entidades filantrópicas e casas-lares a participação do idoso abrigado no custeio dessas entidades. A instância do Conselho do Idoso responsável por reger essa relação bem como os percentuais máximos de participação financeira do idoso, relativo a qualquer benefício, são:
- A) nacional / 30%
  - B) nacional / 50%
  - C) estadual / 70%
  - D) municipal / 50%
  - E) municipal / 70%
- 03.** Os serviços de transporte interestadual de passageiros, nas modalidades rodoviárias, ferroviárias ou aquaviárias, estão obrigados a conceder a gratuidade do transporte ao idoso. As duas condições que materializam esse direito são, respectivamente, a idade e a renda de:
- A) Sessenta anos /  $\leq$  a 2 salários mínimos
  - B) Sessenta anos / sem limite de renda
  - C) Sessenta e oito anos /  $\leq$  a 4 salários mínimos
  - D) Sessenta e sete anos /  $\leq$  a 3 salários mínimos
  - E) Sessenta e cinco anos /  $\leq$  a 3 salários mínimos
- 04.** A Lei nº 10.741/ 2003 determina as ações que devem ser tomadas pelas entidades que prestam atendimento ao idoso frente às situações de suspeita ou confirmação de violência praticada contra a pessoa idosa. A instituição que deve ser compulsoriamente notificada, de acordo com a legislação, é:
- A) Conselho Estadual do Idoso
  - B) Ministério Público
  - C) Juizado do idoso
  - D) CREAS
  - E) CRAS

- 05.** A interferência da sociedade na política nacional do idoso se dá por meio do Conselho Nacional do Idoso, órgão colegiado, de caráter deliberativo, que tem por finalidade elaborar as diretrizes para a formulação e implementação de tal política. O CNDI é composto por membros do Poder Executivo e da sociedade civil organizada que representam entidades eleitas em assembleias específicas, convocadas para esse fim. Tais eleições se darão antes do término do mandato do CNDI em um período, em dias, de:
- A) 30
  - B) 45
  - C) 60
  - D) 90
  - E) 120
- 06.** Os programas de institucionalização de longa permanência, destinados a idosos, precisam obedecer a alguns princípios. O princípio que deve reger as ações dessas entidades acolhedoras é:
- A) direito à crença religiosa
  - B) provisão de medicamentos
  - C) garantia da autonomia financeira
  - D) preservação dos vínculos familiares
  - E) segurança de acompanhamento nutricional

**Com base na Lei nº. 12.435/11, responda às questões 07 a 12.**

- 07.** Em 2011, importantes alterações foram feitas na LOAS. Uma delas diz respeito ao cumprimento do artigo 30, que regula a lógica de financiamento dos serviços socioassistenciais. O principal eixo dessas mudanças é:
- A) redefinição da relação convenial entre os entes federados
  - B) substituição da lógica convenial pela lógica do cofinanciamento
  - C) realocação dos contratos de gestão em substituição à ótica dos convênios
  - D) cofinanciamento entre os entes federados em paralelo à existência dos convênios
  - E) gestão dos convênios entre os entes federados, em detrimento das rubricas determinadas pelo CNAS
- 08.** Os benefícios eventuais são qualificados como provisões suplementares e provisórias garantidas pelo SUAS. Uma das condições necessárias para que esses benefícios sejam prestados aos sujeitos que os requerem é:
- A) doença crônica
  - B) extrema pobreza
  - C) calamidade pública
  - D) violência doméstica
  - E) deficiência incapacitante
- 09.** A LOAS caracteriza os Conselhos de Assistência Social em seus três níveis de gestão, definindo sua função e suas competências. A legislação em questão sinaliza as seguintes duas características desses Conselhos necessárias e indispensáveis à existência deles:
- A) Deliberativos e participativos
  - B) Consultivos e democráticos
  - C) Colegiados e consultivos
  - D) Paritários e deliberativos
  - E) Executivos e paritários

10. As entidades de atendimentos são as que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal. As ações dessas entidades são definidas pelo seguinte órgão:
- A) Conselho Nacional de Assistência Social
  - B) Comissão Intergestora da Assistência Social
  - C) Fórum de Conselhos Municipais de Assistência Social
  - D) Conselho de Secretários Estaduais de Assistência Social
  - E) Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
11. A gestão das ações na área de assistência social organiza-se sob a forma de um sistema, que deve ser constituído com as seguintes características:
- A) integral e equitativo
  - B) centralizado e estatal
  - C) hierarquizado e público
  - D) descentralizado e participativo
  - E) desconcentrado e representativo
12. O cofinanciamento federal das políticas de assistência social no Brasil é considerado um avanço na constituição das políticas de proteção social do país e se operacionaliza por meio de transferência automática e pelo aprimoramento da gestão, serviços, programas e projetos de assistência social. O marco legal que possibilitou esse avanço foi a lei de número:
- A) 7.492/11
  - B) 7.853/07
  - C) 9.078/05
  - D) 12.435/11
  - E) 13.340/06

**De acordo com a Resolução CNAS nº 109/2009, responda às questões 13 e 14.**

13. Os serviços socioassistenciais estão caracterizados de acordo com os níveis de atenção. Dos instrumentos a seguir, os qualificados como de “média complexidade” são:
- A) Proteção em situações de emergências e de Fortalecimento de Vínculos
  - B) Convivência e Fortalecimento de Vínculos e de Acolhimento em Família Acolhedora
  - C) Acolhimento em República e de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas
  - D) Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e de Idosas e Acolhimento Institucional
  - E) Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias e Especializado de Abordagem Social

14. O serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. Esse nível de atenção é representado pelo seguinte serviço e possui o seguinte grau de complexidade:
- A) proteção social especial - alto
  - B) proteção social especial - médio
  - C) acolhimento em “família acolhedora” - alto
  - D) proteção e atendimento integral à família - baixo
  - E) convivência e fortalecimento de vínculos - médio

**Responda às questões 15 e 16, com base no Decreto nº. 7492/11.**

15. O “Plano Brasil Sem Miséria”, instituído pelo Decreto nº 7.492/2011, destina-se à população em situação de extrema pobreza. Para efeito desse decreto, considera-se em extrema pobreza aquela população com renda familiar com a seguinte característica:
- A) *per capita* mensal de até 1/2 do salário mínimo vigente
  - B) *per capita* mensal de até 1/4 do salário mínimo vigente
  - C) global mensal de até um salário mínimo vigente
  - D) *per capita* mensal de até setenta reais
  - E) global mensal de até noventa reais
16. O “Plano Brasil Sem Miséria” é da competência da União, em colaboração com Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade, tendo como objetivos promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre e tornar residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza. É um eixo de atuação desse plano:
- A) garantia de renda
  - B) atuação transparente
  - C) garantia de ocupação
  - D) elevação da renda familiar
  - E) acesso aos serviços públicos
17. De acordo com o Decreto nº 7237/10, a certificação como entidades beneficentes de assistência social será concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de:
- A) educação, desporto e geração de renda
  - B) cultura, desporto e assistência social
  - C) assistência social, saúde e educação
  - D) saúde, comunicação e emprego
  - E) trabalho, habitação e cultura
18. O Centro de Referência da Assistência Social é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, é considerado serviço de proteção básica de assistência social:
- A) posto de plantão social
  - B) albergue de apoio familiar
  - C) casa de passagem para domicílio
  - D) centro de convivência para idosos
  - E) república de medidas socioeducativas

19. As Comissões Intergestores Bipartites se constituem como espaços de interlocução de gestores, sendo um requisito central em sua constituição a representatividade do Estado e dos Municípios em seu âmbito. No que compete a essas instituições, a alternativa que qualifica o seu papel é:
- A) Propor a instituição de benefícios subsidiários, ouvidas as representações de Estados e Municípios, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social
  - B) Constituir os parâmetros de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias
  - C) Estabelecer acordos relacionados aos serviços, programas, projetos e benefícios a serem implantados pelos Estados e Municípios como rede de proteção social integrante do SUAS
  - D) Julgar os recursos interpostos contra decisões do Conselho da Assistência Social do Distrito Federal relativos a indeferimento ou cancelamento de inscrição das entidades e organizações da assistência social
  - E) Avaliar a gestão dos recursos, os ganhos sociais, o desempenho dos programas e a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
20. De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 269/2006, a implementação do SUAS e o alcance dos objetivos previstos na PNAS/2004 vão depender da garantia de algumas diretrizes. A alternativa que aponta a principal delas é:
- A) garantia da qualidade dos serviços
  - B) conhecimento do perfil dos trabalhadores
  - C) desburocratização da relação com os usuários
  - D) definição dos mecanismos de avaliação de desempenho
  - E) tratamento da gestão do trabalho como questão estratégica
21. A Resolução nº 269/2006 classifica como *municípios em nível de gestão inicial* aqueles que não se habilitaram aos outros dois níveis de gestão previstos – o básico e o pleno – e, portanto, devem receber recursos da União, conforme critérios definidos na NOB/SUAS. Nas três esferas administrativas, é requerido o cumprimento de exigências de acordo com a complexidade de cada uma. Uma exigência demandada ao município em nível inicial de gestão está indicada em:
- A) realização de diagnóstico de áreas de risco social
  - B) criação de Conselho Municipal de Assistência Social
  - C) existência de um sistema municipal de monitoramento
  - D) existência de CRAS compatível com o porte do município
  - E) manutenção de secretaria executiva no Conselho de Assistência
22. Segundo o *Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social*, para o atendimento das famílias beneficiárias do BPC e dos Benefícios Eventuais, é necessário o diagnóstico atualizado do território, a especificação da quantidade e as características das famílias com membros beneficiários desses serviços socioassistenciais, bem como suas necessidades. Esse procedimento é competência do:
- A) CREAS
  - B) CRAS
  - C) MDS
  - D) PAIF
  - E) PBF
23. Tendo por fundamento a Resolução Nº 17/ 2011, que reconhece as categorias profissionais de nível superior habilitadas para o atendimento das especificidades dos serviços socioassistenciais de gestão do SUAS, foi possível normatizar as profissões que comporão, obrigatoriamente, as equipes de referência desse Sistema. Assim, as equipes da Proteção Social Especial de Média Complexidade serão, obrigatoriamente, integradas, além dos psicólogos e assistentes sociais, pela seguinte categoria profissional:
- A) sociólogo
  - B) pedagogo
  - C) advogado
  - D) economista
  - E) antropólogo
24. Os Núcleos de Apoio à Família, primeiro equipamento da Política Municipal de Assistência Social, em Belo Horizonte, são viabilizados por recursos dos governos federal e municipal. Organizados de forma sistemática e intersetorial no trabalho, atuam com famílias moradoras de áreas mais vulneráveis da cidade. Esse equipamento tem o seguinte caráter:
- A) supletivo
  - B) reparativo
  - C) preventivo
  - D) reabilitativo
  - E) compensativo
25. O trabalho com famílias e comunidade do território de abrangência do NAF/CRAS pauta-se em ações que visam informar, formar e transformar as suas representações e práticas, tendo como referência os direitos de cidadania. Para tanto, é necessário conhecer os grupos familiares, identificando suas necessidades e demandas, potencializando sua inclusão na rede de atendimento, encaminhando e acompanhando cada caso. A partir desse pressuposto, a abordagem dessas ações é subsidiada pela diretriz classificada como:
- A) pedagógica
  - B) psicossocial
  - C) terapêutica
  - D) funcional
  - E) social

26. A ação de acompanhar famílias exige a integração dos eixos assistencial e socioeducativo. No que tange ao segundo eixo, busca-se no trabalho com as famílias uma reflexão sobre seu cotidiano e suas diversas formas de organização. Os aspectos de organização familiar contemplados no documento “Metodologia de Trabalho Social com Família na Assistência Social” são:
- A) legal, funcional, afetivo
  - B) relacional, legal, afetivo
  - C) estrutural, funcional, relacional
  - D) organizacional, afetivo, psicossocial
  - E) organizacional, funcional, sistêmico
27. De acordo com as Orientações Técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o CRAS, ao se afirmar como unidade de acesso aos direitos socioassistenciais, efetiva a referência e a contrarreferência do usuário na rede socioassistencial do SUAS. A alternativa que melhor define as ações de referência do CRAS é:
- A) processamento dos encaminhamentos do nível de maior complexidade, garantindo a proteção básica e a inserção em serviços, programa ou projeto de proteção básica
  - B) encaminhamento das condicionalidades do nível de menor complexidade, garantindo a proteção básica e a inserção em serviços, benefícios ou programa de proteção básica
  - C) encaminhamento das requisições advindas das situações de precarização e risco social, levando ao acesso à rede de serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda
  - D) processamento das demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social, promovendo o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda
  - E) cumprimento de metas pactuadas a partir da análise de situações de vulnerabilidade e risco social, promovendo o acesso à renda, serviços ou programas, conforme a complexidade da demanda
28. Os benefícios eventuais, previstos na Lei nº 8.742, integram a categoria dos benefícios assistenciais. Constituem-se em um instrumento protetor diferenciado sob a responsabilidade do Estado, podendo ser destinados a todos os segmentos sociais e tipos de carências, desde que emergenciais e apresentadas por pessoas situadas na linha de pobreza. Na LOAS, estão previstos os três seguintes tipos de benefícios eventuais:
- A) alternativos, complementares, subsidiários
  - B) compulsórios, facultativos, subsidiários
  - C) obrigatórios, elementares, essenciais
  - D) facultativos, essenciais, obrigatórios
  - E) opcionais, complementares, focais
29. Os benefícios eventuais integram o conjunto de proteções da política de assistência social, de caráter suplementar e provisório. As seguranças e provisões afiançadas pela política de assistência social são estabelecidas e reconhecidas legalmente como direito do cidadão e dever do Estado. Nesse sentido, a instância governamental responsável pela concessão e o valor estabelecido das provisões de tais benefícios são:
- A) federal – indeterminado
  - B) municipal – indeterminado
  - C) municipal – um salário mínimo
  - D) estadual – 1/4 do salário mínimo
  - E) estadual – 1/2 do salário mínimo
30. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS – deverão organizar equipes para abordagem em vias públicas e locais identificados pela incidência de situações de risco ou violação de direitos. Sua atribuição é o mapeamento das situações caracterizadas como situações de risco de crianças e adolescentes e como ações educativas, de orientações e outros procedimentos que se julguem necessários para evitar tais situações. Esse procedimento é qualificado como:
- A) busca ativa
  - B) mapeamento
  - C) monitoramento
  - D) acompanhamento
  - E) pesquisa participante
31. O modelo de proteção social não contributivo brasileiro é impactado por muitas particularidades em função de vivermos em uma federação. Para a efetiva concretização desse modelo, é importante que se considere a função do seguinte determinante:
- A) distritalização
  - B) regionalização
  - C) territorialidade
  - D) municipalização
  - E) descentralização
32. O “Programa Bolsa Família”, implantado no Brasil a partir de 2003, é um programa de transferência de renda com condicionalidades e tratamentos diferenciados para famílias pobres e extremamente pobres. O seu resultado mais perceptível e mensurável está indicado na seguinte alternativa:
- A) queda na mortalidade infantil
  - B) diminuição da desigualdade
  - C) queda do analfabetismo
  - D) erradicação da pobreza
  - E) alívio da pobreza
33. O CadÚnico é um instrumento para identificação e caracterização socioeconômica individual e familiar, possibilitando o mapeamento das pessoas, de suas famílias e de domicílios brasileiros. Entretanto, além dessa função, ele permite uma importante ação de gestão pública, identificada como:
- A) planejamento de políticas públicas
  - B) monitoramento permanente
  - C) avaliação estratégica
  - D) controle dos gastos
  - E) vigilância social

34. Como forma de apoiar os municípios na gestão descentralizada do Programa Bolsa Família e no atendimento às famílias, o governo federal repassa recursos financeiros aos governos locais. Esse repasse tem como referência o índice apontado na seguinte alternativa:
- A) IPCA
  - B) IGM
  - C) IGD
  - D) IPC
  - E) IGP
35. No âmbito do Programa Bolsa Família, os recursos que são repassados pelo governo federal aos municípios podem ser utilizados no financiamento de algumas atividades associadas ao programa. Uma dessas atividades está indicada em:
- A) assessoria técnica aos profissionais envolvidos no programa
  - B) ampliação de programas de comunicação alternativa
  - C) implantação de base de dados informacionais
  - D) aporte financeiro aos parceiros do programa
  - E) implementação de ações complementares

**Uma Pesquisa Nacional, realizada sob a coordenação do MDS e publicada em 2009, fez um levantamento que permitiu caracterizar a população em situação de rua e subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas para esse segmento. Utilizando essa pesquisa como parâmetro, responda às questões 36 e 37:**

36. No que tange à escolaridade do grupo analisado, esse estudo revelou que:
- A) a minoria era leitora
  - B) a maioria era analfabeta
  - C) a maioria sabia ler e escrever
  - D) a metade não frequentou a escola
  - E) a metade não sabia ler e escrever
37. Com base nos dados da Pesquisa Nacional, e tomando por referência o local onde se encontra o segmento estudado, a área majoritária de sua procedência é:
- A) urbana próxima
  - B) urbana distante
  - C) rural de outro Estado
  - D) rural do seu município
  - E) rural de outros municípios do Estado
38. O serviço especializado para pessoas em situação de rua tem como público-alvo os jovens, os adultos, os idosos e as famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Já as crianças e adolescentes em situação de rua podem ser atendidos por esse serviço, obedecendo à seguinte condição:
- A) autorizados pelo Ministério Público
  - B) inseridos na rede de ensino regular
  - C) acompanhados de familiar ou pessoa responsável
  - D) assistidos pelos equipamentos adequados a seu perfil
  - E) pertencentes à família moradora do município-sede do serviço

**Com base na Constituição Federal de 1988, responda às questões 39 a 43.**

39. A Constituição Federal de 1988 estabelece cinco fundamentos para a organização de um Estado democrático de direitos. Dois desses fundamentos estão citados na seguinte alternativa:
- A) defesa da paz e cidadania
  - B) dignidade da pessoa humana e pluralismo político
  - C) cooperação entre os povos e pluralismo político
  - D) soberania e construção de uma sociedade livre, justa e solidária
  - E) busca do desenvolvimento nacional e dignidade da pessoa humana
40. No campo dos direitos sociais, o artigo 7º da Constituição Federal de 1988 estabelece uma série de direitos de proteção e segurança aos trabalhadores urbanos e rurais. Dois desses direitos estão indicados em:
- A) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais, facultada a compensação de horários / redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho
  - B) participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, bem como a participação na gestão da empresa / seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário
  - C) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 7 anos de idade em creches e pré-escolas / remuneração do trabalho noturno superior à do diurno
  - D) proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos / proteção em face da automação
  - E) garantia de salário mínimo com remuneração invariável / salário-família pago em razão do dependente do trabalhador
41. A Constituição Federal de 1988 ao legislar sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, afirma algumas competências privativas da União na administração do país, dentre as quais destacam-se as seguintes:
- A) legislar sobre os registros públicos / gerir propaganda comercial
  - B) proteger a infância e a juventude / definir seu orçamento público
  - C) legislar sobre as juntas comerciais / organizar a produção e consumo
  - D) gerir procedimentos em matéria processual / legislar sobre a defensoria pública
  - E) preservar as florestas, a fauna e a flora / garantir os direitos das pessoas portadoras de deficiência

42. Conforme o artigo 25 do Capítulo III da Constituição Federal de 1988, os Estados organizam-se e regem-se pelas constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Carta Magna do país. Conforme o disposto na Lei Complementar nº 78/1993, o número de deputados da assembleia legislativa deve corresponder, em relação à representação do Estado na Câmara dos Deputados, ao:
- A) triplo e, atingido o número de trinta, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de oito
  - B) dobro e, atingido o número de doze, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de seis
  - C) dobro e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de dez
  - D) quántuplo e, atingido o número de vinte e quatro, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de dez
  - E) triplo e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze
43. Segundo a Constituição Federal do Brasil e considerando o contexto do sistema federativo, uma das competências específicas dos municípios é:
- A) promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano
  - B) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações
  - C) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos
  - D) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversas públicas e de programação audiovisual
  - E) gerir as políticas de saúde ocupacional, bem como organizar, manter e executar a inspeção do trabalho
44. A Lei nº 8.742/1993 é o mecanismo legal que estabelece as diretrizes da política pública de assistência social no Brasil. Uma dessas diretrizes é:
- A) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, assim como garantias de equivalência às populações urbanas e rurais
  - B) divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos previdenciários, dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão
  - C) globalização dos direitos sociais, por meio do acesso às demais políticas públicas, bem como da autonomia do destinatário da ação assistencial
  - D) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis
  - E) respeito à dignidade do cidadão e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, à convivência familiar e comunitária

**Tendo como parâmetro o Estatuto da Criança e do Adolescente, responda às questões 45 a 51:**

45. João, desempregado, separado, foi acionado judicialmente por Martha em função de não pagamento de pensão alimentícia ao filho havido em comum. Ao concluir a audiência, o juiz determinou que o sustento da criança fosse arcado por Martha, manicure empregada em um salão de beleza em sua cidade. Tendo por base o ECA, tal decisão é justificada como:
- A) correta, porque o poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe
  - B) correta, porque o juiz dispõe de poder discricionário para julgamento de casos dessa natureza
  - C) incorreta, uma vez que o pátrio poder é uma forma de atribuir responsabilidade ao homem, como chefe de família
  - D) incorreta, porque onera a mulher já subalternizada e detentora de maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho
  - E) correta, porque, em casos de separação conjugal, o poder familiar será exercido prioritariamente pela mulher, tradicional mantenedora da família
46. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. O número de membros do Conselho e o tempo de seu mandato são, em anos, respectivamente:
- A) seis / três
  - B) cinco / três
  - C) cinco / dois
  - D) oito / quatro
  - E) quatro / dois
47. Diante da necessidade de abrigo de crianças e adolescentes, as entidades que mantêm acolhimento institucional deverão seguir parâmetros legais, dentre os quais está o de acolher:
- A) sob qualquer pretexto, sem a determinação do Juiz da Infância e da Juventude, e notificar posteriormente o Ministério Público
  - B) de acordo com a necessidade, sem precisar de prévia determinação do órgão competente, e comunicar o fato em até 36 horas ao Juiz da Infância e Juventude
  - C) em casos excepcionais, sem autorização do órgão competente, devendo o fato ser comunicado, porém, em até quarenta e oito horas ao Juiz da Infância e da Juventude
  - D) em casos excepcionais, sem autorização do órgão competente, devendo o fato ser comunicado, porém, em até setenta e duas horas ao Juiz da Infância e da Juventude
  - E) em casos excepcionais, sem autorização do órgão competente, devendo o fato ser comunicado, porém, em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude

48. Considere a seguinte situação atendida pela equipe técnica do CRAS de um grande município:
- Com a intenção de mudar-se de Estado imediatamente após o nascimento do bebê, uma gestante solicitou orientação sobre como doar a criança que iria nascer, uma vez que seu desejo era adiantar todo o processo antes do parto.
- Com base nos artigos 165 e 166 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a resposta dessa equipe técnica, antes de encaminhar o caso para acompanhamento pelo Conselho Tutelar da região, é informar que, naquele momento, essa solicitação é considerada como:
- A) inviável, uma vez que o consentimento será legal após o nascimento da criança
  - B) viável, porém o consentimento prestado por escrito terá de ser validado em cartório
  - C) viável, entretanto o consentimento corresponde à perda definitiva do vínculo jurídico-legal
  - D) viável, já que deve ser formulada diretamente em cartório, em petição assinada pela própria requerente
  - E) inviável, uma vez que os genitores necessitam de acompanhamento prévio da equipe técnica do Poder Judiciário
49. A Lei nº 8.069/90 normatiza os requisitos necessários para a candidatura ao Conselho Tutelar. Dois dos requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente àquele que concorre ao certame são:
- A) ensino médio completo / idade superior a dezoito anos
  - B) residência no município / qualificação técnica na área
  - C) qualificação técnica na área / idade superior a 18 anos
  - D) idade superior a 21 anos / experiência na área da criança e do adolescente
  - E) reconhecimento da sua idoneidade moral / idade superior a vinte e um anos
50. De acordo com Lei nº 8.069/1990, a medida de internação de adolescentes em conflito com a lei será aplicada, dentre outras motivações excepcionais, quando se tratar de ato infracional grave cometido mediante violência à pessoa. Uma ação obrigatória a ser desenvolvida pelas entidades acolhedoras será:
- A) requisitar a comprovação da materialidade e autoria do ato infracional cometido pelo adolescente, resguardando-o de situações inverídicas
  - B) inventariar os pertences do adolescente com vistas à posterior doação dos mesmos, como forma de desvinculação da sua realidade anterior
  - C) encaminhar o adolescente para programas de apoio a egressos sob a responsabilidade da secretaria municipal da assistência social, planejando sua reinserção social
  - D) comunicar à autoridade competente todos os casos de adolescentes com doenças infectocontagiosas, com vistas a garantir a recuperação da sua saúde
  - E) proceder a estudo social e pessoal de cada caso, reavaliado periodicamente a cada 12 meses, no mínimo, dando ciência dos resultados à autoridade competente

51. A Lei nº 8.069/90 caracteriza a prestação de serviços comunitários a ser desempenhada pelo adolescente como tarefa gratuita de interesse geral, junto às entidades assistenciais, hospitalares, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como programas comunitários e governamentais. Entretanto, o período destinado à prestação dessas atividades não pode exceder, em meses, a um período igual a:
- A) seis
  - B) nove
  - C) doze
  - D) dezoito
  - E) vinte e quatro
52. De acordo com a Lei nº 3.298/1999, compete ao CONADE, órgão superior de deliberação colegiada criado no âmbito do Ministério da Justiça, uma série de proposições no sentido de integrar socialmente o portador de deficiências, garantindo-lhe acesso a seus direitos. Uma das competências desse órgão é:
- A) estimular a ampliação do turismo à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a oferta de instalações hoteleiras acessíveis e de serviços adaptados de transporte
  - B) elaborar e executar o orçamento do Ministério da Justiça, sugerindo as modificações necessárias à consecução da Política Nacional para Integração da pessoa com mobilidade reduzida
  - C) promover a inclusão de atividades esportivas para a pessoa portadora de deficiência na prática da educação física, ministradas nas instituições de ensino públicas e privadas
  - D) propor e incentivar a inclusão do tema acerca das deficiências nas diretrizes curriculares para o ensino fundamental e médio junto ao Ministério da Educação
  - E) propor e incentivar a realização de campanhas, visando à prevenção de eventos incapacitantes e à promoção dos direitos da pessoa portadora de deficiência

**Com base na Lei Municipal nº 9078/2005, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, responda às questões 53 a 55.**

53. O processo global e contínuo de duração ilimitada, com o objetivo de proporcionar às pessoas com deficiências, mediante ações intersetoriais, o alcance de níveis de desenvolvimento pessoal necessários a uma vida socialmente participativa e/ou produtiva designa o conceito de:
- A) habilitação
  - B) adaptação
  - C) reabilitação
  - D) recondução
  - E) readaptação

54. O atendimento da Política de Assistência Social às pessoas com deficiência e seus familiares reger-se-á por princípios e diretrizes específicos. Uma das diretrizes dessa lei está destacada na seguinte alternativa:
- A) qualificação de recursos humanos no atendimento às pessoas com deficiência
  - B) normatização, fiscalização e controle da prestação de serviços assistenciais
  - C) garantia de apoio, informação e orientação às pessoas com deficiência
  - D) primazia da responsabilidade do executivo na condução dessas ações
  - E) execução da política de forma complementar à sociedade civil
55. Fica assegurada, no Sistema Municipal de Ensino, a inclusão escolar de crianças, jovens e adultos em todos os níveis e modalidades de ensino, garantindo-lhes o acesso, a permanência e uma educação de qualidade. Os critérios de matrícula desses educandos serão estabelecidos de acordo com:
- A) infraestrutura da unidade escolar - parâmetros e critérios do cadastro geral do Município
  - B) região de moradia - parâmetros e critérios do cadastro geral do Estado e do Município
  - C) local do tratamento de saúde - parâmetros e critérios do cadastro geral do Estado
  - D) existência de vagas - dispositivos legais do Município
  - E) qualquer região - Diretrizes Curriculares Nacionais
56. Em casos de processo, de julgamento e de execução das causas cíveis e criminais oriundas da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, serão aplicados, além das normas e dispositivos dos Códigos de Processo Penal e Civil, dispositivos e normas de outras legislações específicas. Nesses casos, tais legislações se referem ao seguinte segmento:
- A) morador de rua / pessoa com deficiência
  - B) pessoa soropositiva / quilombola
  - C) criança e adolescente / idoso
  - D) travesti e transexual / negro
  - E) gay e travesti / índio
57. A política de assistência social vive um momento privilegiado de aquisições e transformações, especialmente a partir da aprovação da PNAS e da Norma Operacional Básica, que regula o Sistema Único de Assistência Social. Os esforços da área se voltam agora para a consolidação de uma nova institucionalidade pública dessa política. Duas características dessas mudanças são:
- A) gestão mista da assistência / novas especialidades funcionais no campo da assistência
  - B) gestão única da assistência / nova identidade dos trabalhadores da assistência social
  - C) gestão mista da assistência / novas requisições voltadas à gestão do trabalho
  - D) gestão estatal da assistência / valorização das iniciativas do terceiro setor
  - E) centralidade da gestão estatal / novas demandas à gestão do trabalho
58. Senhor João tem 61 anos, é ostomizado e encontra-se, no momento, em auxílio-doença pela Previdência Social. Mora apenas com sua esposa, que trabalha sem vínculo previdenciário e de forma descontínua. Em função da sua situação socioeconômica e de saúde, tem sérias dificuldades para locomoção, acesso ao tratamento e integração social. As orientações e encaminhamentos decorrentes do atendimento prestado pelo técnico especializado do CRAS de seu município devem ser baseados na legislação do seguinte segmento:
- A) com vínculos familiares restritos
  - B) em tratamento no domicílio
  - C) em situação de pobreza
  - D) portador de deficiência
  - E) doente crônico
59. Para que o município possa exercer seu papel, é fundamental a articulação com as esferas estadual e federal. Nesse sentido, a NOB-SUAS estabelece um conjunto de responsabilidades dos Estados, do Distrito Federal e da União, que são complementares às responsabilidades municipais. No que tange à gestão estadual, uma ação que lhe compete é:
- A) formular as diretrizes sobre o financiamento e o orçamento da Assistência Social
  - B) promover o estabelecimento de pactos de resultados entre as esferas de governo
  - C) implantar, em consonância com a PNAS, programas de capacitação de profissionais e conselheiros
  - D) estruturar a Secretaria Executiva da Comissão Intergestores Bipartite com profissionais de nível superior
  - E) executar ações de prevenção e combate a riscos circunstantiais, em decorrência de eventos emergenciais
60. Os sistemas oficiais de informação, de monitoramento e avaliação são ferramentas estratégicas para a publicização da Política de Assistência Social. De acordo com o Plano de Assistência Social, tais sistemas favorecem a gestão democrática, o controle social e a ampla participação cidadã na medida em que podem:
- A) qualificar números que subsidiarão as decisões governamentais acerca do perfil das políticas públicas constituídas
  - B) mensurar as informações que servirão de indicadores no monitoramento do comportamento dos beneficiários
  - C) caracterizar elementos que subsidiarão as análises sobre hábitos e costumes da clientela beneficiária dos programas
  - D) sistematizar os dados econômicos que poderão determinar os gastos dos serviços a serem implantados
  - E) disponibilizar informações que poderão subsidiar as decisões quanto a programas a serem implantados

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

- 61.** A Constituição Federal de 1988 materializou a busca por novos espaços de participação da sociedade civil, consubstanciados em mecanismos de transferência de parcelas do poder do Estado para a sociedade civil organizada. Tais mecanismos estão referidos na criação de:
- A) conselhos gestores de políticas públicas
  - B) organizações não governamentais
  - C) parcerias público-privadas
  - D) refilantropização social
  - E) terceiro setor
- 62.** Simone Lessa chama a atenção para a necessidade de se ter no Brasil projetos de formação / qualificação profissional vinculados à lógica de aprendizagem profissional formal, que inclui ensino profissionalizante de nível médio e superior. A inserção produtiva operacionalizada pelos CRAS torna-se, nesse contexto, uma preocupação para a autora, uma vez que viabiliza um aprendizado dicotomizado da formação profissional e assume, por isso, a característica de:
- A) focal
  - B) pontual
  - C) limitada
  - D) simplista
  - E) periférica
- 63.** A análise de Marlene Rodrigues sobre o Programa Bolsa Família indica que o cumprimento das condicionalidades, no âmbito da Saúde e da Educação, é uma importante dimensão desse programa e um elemento complicador, tanto para as mulheres beneficiárias como para as administrações locais. Isso se justifica pela falta de tradição das políticas públicas brasileiras em investir no seguinte princípio:
- A) justiça social
  - B) descentralização
  - C) intersetorialidade
  - D) participação popular
  - E) interdisciplinaridade
- 64.** No debate travado sobre os programas de transferência de renda no Brasil, identifica-se a necessidade de assegurar um mínimo de subsistência aos pobres, com custo assimilável pela sociedade e sem desestimular o trabalho. Essa perspectiva de análise encontra sustentação no ideário classificado como:
- A) liberal
  - B) marxista
  - C) meritocrático
  - D) distributivista
  - E) social-democrata
- 65.** Com base nos termos histórico-conceituais, a designação utilizada para qualificar o processo de politização da desigualdade social inerente à constituição da sociedade burguesa denomina-se:
- A) situação socioeconômica
  - B) expropriação econômica
  - C) pauperização operária
  - D) problema social
  - E) questão social
- 66.** Considere as seguintes expressões da realidade social: por um lado, a mercantilização da esfera doméstica, privada não mercantil; por outro, a superexploração das famílias, principalmente, das mulheres dos países periféricos, que, ao assumirem duplas jornadas de trabalho, são obrigadas a incorporar, como parte de suas atividades domésticas, um conjunto de afazeres que deveriam ser de responsabilidade pública e estatal. Tais expressões caracterizam o processo político e econômico denominado:
- A) modernização via privatização
  - B) acumulação por espoliação
  - C) fordismo keynesianismo
  - D) globalização econômica
  - E) acumulação flexível
- 67.** O ponto de partida do debate sobre o lugar da família na política social é a identificação de duas grandes concepções presentes na compreensão da relação família e assistência social, concepções essas que interferem diretamente nas formas de encaminhamento da própria política. A concepção que sustenta a ideia da família como a principal instância de proteção social é a de:
- A) provedora de segurança social
  - B) reguladora da pobreza
  - C) rede de solidariedade
  - D) cidadania social
  - E) ajuda pública
- 68.** Cotidianamente, os trabalhadores do campo da assistência social vêm se deparando com situações de violação de direitos, identificadas durante os atendimentos decorrentes do exercício profissional, e que se configuram como informações sigilosas. Por vezes, nessas situações, esses profissionais são convocados em juízo a depor na qualidade de testemunha. O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais classifica essa ação como:
- A) dever
  - B) infração
  - C) proibição
  - D) prerrogativa
  - E) competência
- 69.** Com base na Resolução CFESS nº 557/2009, o assistente social só pode se manifestar sobre aquilo para o qual está habilitado. Por isso, seu registro acerca das situações de intervenção conjunta com outra categoria profissional deve destacar, separadamente, sua área de conhecimento, seu objeto de estudo, instrumentos utilizados e análise social. Na ação profissional dos assistentes sociais, são esses os elementos que o CFESS qualifica e define como:
- A) estudo social
  - B) conduta ética
  - C) opinião técnica
  - D) prova documental
  - E) atribuição privativa

70. Toda documentação produzida no âmbito do exercício profissional dos assistentes sociais, que, pela natureza do seu conteúdo, deva ser de conhecimento restrito e, portanto, requeira medidas especiais de salvaguarda para sua proteção e divulgação, denomina-se:
- A) material técnico sigiloso
  - B) estudo teórico-prático secreto
  - C) produção secreta do cotidiano
  - D) dado socioeconômico sigiloso
  - E) produção teórico-operacional secreta
71. O imposto negativo apoia-se na ideia de minimização do Estado interventor por considerar que grande parte dos problemas de ordem fiscal se deve ao alargamento das ações estatais. Trata-se, portanto, da construção de uma estratégia de transferência monetária que não seja capaz de criar um estímulo ao ócio. O idealizador dessa estratégia é:
- A) Stuart Mill
  - B) Karl Polanyi
  - C) T.H. Marshall
  - D) Thomas More
  - E) Milton Friedman
72. A atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para as iniciativas privadas ou individuais, impulsionadas por motivações solidárias e, por isso, submetidas ao arbítrio do indivíduo e não à responsabilidade do Estado. Uma das consequências desse processo é:
- A) instituição do terceiro setor
  - B) ampliação da esfera pública
  - C) fortalecimento da coesão social
  - D) ruptura da universalidade do direito
  - E) constituição de novas sociabilidades
73. A Política Nacional de Assistência Social tem, nos últimos anos, apresentado uma preocupação acentuada em direcionar suas ações para a atenção às famílias. A partir dessa premissa, um dos recursos utilizados no atendimento a esse público tem sido a terapia de família, atividade que, no exercício profissional de assistente social, foi proibida. O órgão e o instrumento normativo competentes para julgar tal mérito são:
- A) CFESS / Lei 2317/2010
  - B) CFP/ Resolução 695/2009
  - C) MEC / Portaria 2.530/2007
  - D) CFESS / Resolução 569/2010
  - E) ABEPSS / Resolução 437/201
74. Mioto, em análise recente, reitera que o incremento da ideia de família como centro de proteção social opera impactos significativos no cenário sociopolítico brasileiro contemporâneo. Um desses impactos, em relação às famílias pobres, é:
- A) conscientização
  - B) disciplinamento
  - C) emancipação
  - D) resiliência
  - E) superação
75. O enfrentamento conjunto da pobreza e do desemprego, a partir de um novo paradigma no qual a renda é desvinculada do trabalho, parte do princípio de que o *Welfare State* não se sustenta mais e, por isso, uma renda universal, incondicional, independente do trabalho e de qualquer contrapartida é fundamental para conferir cidadania aos excluídos. Esse paradigma se referencia no seguinte conceito de renda:
- A) social positiva
  - B) mínima de inserção
  - C) básica incondicional
  - D) universal de vinculação
  - E) ampliada emergencial
76. Com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, os auxílios-natalidade e funeral passaram a compor o rol de benefícios socioassistenciais. A nova nomenclatura adquirida por tais benefícios são caracterizados como:
- A) vitalícios
  - B) eventuais
  - C) preventivos
  - D) continuados
  - E) previdenciários
77. As ações socioeducativas com indivíduos, grupos e famílias, no âmbito dos processos socioassistenciais, ganham materialidade e legitimidade à medida que se inscrevem, de forma articulada, nos processos de trabalho compartilhados nos diferentes espaços de atuação dos assistentes sociais. Tais espaços de trabalho se organizam a partir de um conjunto de princípios e finalidades voltado, especialmente, para a execução de determinadas políticas sociais. Nessa perspectiva, a proposição dessas ações tem como requisito fundante:
- A) a análise processual
  - B) o método de investigação
  - C) a teoria do conhecimento
  - D) o conhecimento da realidade
  - E) a instrumentalidade técnica
78. Na década de 1990, há o incremento de políticas públicas voltadas para as famílias pobres, podendo-se destacar a Estratégia de Saúde da Família e os programas de transferência de renda, ambos desenvolvidos por muitos municípios brasileiros. A atual priorização da família na formulação do PBF será capaz de representar um avanço com relação ao desempenho de programas sociais anteriores se:
- A) ações de acompanhamento social das famílias beneficiárias forem desenvolvidas
  - B) critérios de acesso das famílias elegíveis ao programa forem ampliados
  - C) requisitos de materialização das condicionalidades forem asseguradas
  - D) ações de fiscalização das contrapartidas sociais se efetivarem
  - E) políticas de planejamento familiar associadas ao programa

- 79.** Para compreendermos as configurações da *família* na contemporaneidade, faz-se necessário considerar seus determinantes sócio-históricos, sendo inútil tentar defender um modelo que represente o signo desse tempo. No entanto, ao analisarmos um tipo de família que carece de normas, sobretudo jurídicas, referimo-nos à seguinte tipificação de família:
- A) biparental
  - B) recomposta
  - C) homoafetiva
  - D) monoparental
  - E) nuclear burguesa
- 80.** Considere o seguinte fragmento: “Estão presentes nos mais diversos campos de intervenção profissional do assistente social, estando vinculados ao acesso a determinados benefícios sociais de ordem material e financeira, nos quais se inclui a aquisição de bens e de serviços.” Esse fragmento se relaciona a:
- A) diagnósticos sociais
  - B) anamneses sociais
  - C) entrevistas sociais
  - D) estudos sociais
  - E) fichas sociais





Anote aqui seu gabarito e destaque no pontilhado.

01		11		21		31		41		51		61		71	
02		12		22		32		42		52		62		72	
03		13		23		33		43		53		63		73	
04		14		24		34		44		54		64		74	
05		15		25		35		45		55		65		75	
06		16		26		36		46		56		66		76	
07		17		27		37		47		57		67		77	
08		18		28		38		48		58		68		78	
09		19		29		39		49		59		69		79	
10		20		30		40		50		60		70		80	

## ATENÇÃO

O **caderno de questões** contém 80(oitenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas (A,B,C,D,E), organizadas da seguinte forma:

de **01 a 60** - *Conhecimentos Gerais* e de **61 a 80** - *Conhecimentos Específicos*.

## INSTRUÇÕES

1. A duração da prova é de 4 (quatro) horas , considerando, inclusive, a marcação do **Cartão de Respostas**. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.
2. Ao ser dado o sinal de início da prova verifique se a prova é para o **cargo** para o qual concorre, confira, também, a numeração das questões e a paginação. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal de sala.
3. Verifique, no **Cartão de Respostas**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.
4. O **Caderno de Questões** poderá ser utilizado para anotações, mas somente as respostas assinaladas no **Cartão de Respostas** serão objeto de correção.
5. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a alternativa que responde corretamente a cada uma delas.
6. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
  - não haverá substituição por erro do candidato;
  - não deixar de assinar no campo próprio;
  - não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas;
  - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
  - outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**;
  - será atribuída pontuação zero à questão que contiver mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, ou que contiver emenda ou rasura.
7. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
8. Você só poderá retirar-se da sala após 60 minutos do início da prova.
9. Quaisquer anotações só serão permitidas se feitas no caderno de questões.
10. Você poderá anotar suas respostas em área específica do Caderno de Questões, destacá-la e levar consigo.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
12. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o **Caderno de Questões** e o **Cartão de Respostas**.

Não esqueça seu documento de identidade.

Boa Prova!